

Parecer n.º 311/2012

Data: 2012.10.16

Processo n.º 344/2012

Queixoso: Francisco Duarte, agente de execução

Entidade requerida: Câmara dos Solicitadores

I - Factos e pedido

1. Francisco Duarte, agente de execução, solicitou ao Presidente da Câmara dos Solicitadores, por mensagem de correio eletrónico datada de 25 de Julho de 2012, informações relacionadas com o contrato entre a Câmara e a CASO, Lda., nomeadamente sobre os termos do contrato, os pagamentos já efetuados e as consequências jurídicas derivadas do mau funcionamento da plataforma informática que esta gere.
Dois dias depois, remeteu ofício à mesma entidade, pedindo as mesmas informações.
2. A entidade requerida não respondeu ao requerente.
3. Perante a ausência de resposta, o requerente apresentou queixa à CADA. Justifica a sua pretensão em conhecer os termos do contrato em apreço, alegando que o sistema gerido pela CASO, Lda não funciona devidamente, prejudicando assim a atividade profissional do requerente.
4. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida nada disse.

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com a Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos [n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º].
Serão deste diploma legal os preceitos normativos doravante mencionados sem qualquer outra referência.
2. A entidade requerida encontra-se sujeita à LADA [alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º], nos termos do n.º 1 do artigo 1.º do Estatuto da Câmara dos Solicitadores (anexo ao decreto-lei n.º 88/2003, de 26 de Abril, na sua redação atual).
3. A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica ou outra forma material, na posse dos

órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome [alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º].

Como refere o Acórdão n.º 0758/11 de Supremo Tribunal Administrativo, 31 de agosto de 2011, “[p]ara que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

4. O princípio geral do regime de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º: “[t]odos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos”.

A LADA identifica no entanto, expressamente, algumas restrições ao direito de livre acesso:

- Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5 do artigo 6.º);
- Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6 do artigo 6.º);
- Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

5. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada (alínea b do n.º 1 do artigo 3º).

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse directo, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 do artigo 6.º)

¹ J.J. Gomes Canotilho/Vital Moreira, Constituição da República Portuguesa Anotada, 4.ª Edição, Volume I, Coimbra Editora, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda/Rui Medeiros, Constituição Portuguesa Anotada, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, p. 430.

São ainda nominativos os documentos administrativos que contenham opiniões sobre a pessoa (nomeadamente as expressas em processos de averiguações, de inquérito e disciplinares), os que traduzam descontos no respectivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir uma invasão da reserva da intimidade da vida privada.

Os documentos nominativos “*são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada*” (n.º 6 do artigo 7.º).

6. As informações solicitadas pelo requerente não se enquadram em qualquer das exceções ao livre e irrestrito acesso aos documentos administrativos, que é a regra geral consagrada na LADA.

Dado que estamos perante informações relacionadas com um contrato entre uma entidade pública e uma empresa privada, a única hipótese que se afiguraria verosímil, em termos de restrição ao acesso a essas informações, seria a existência de um eventual segredo comercial/industrial, inerente ao contrato ou seus anexos.

No entanto, não só nada é alegado nesse sentido pela entidade requerida como, de resto, e face à pretensão aduzida pelo requerente, não parece que essa questão pudesse ser levantada.

O requerente, pelo que se retira do processo, pretende somente obter os esclarecimentos necessários para verificar se é pertinente manter o contrato em apreço face ao alegado cumprimento defeituoso do mesmo. Nenhuma informação potencialmente reveladora de segredo comercial e/ou industrial se enquadrará neste âmbito.

Como tal, as informações pretendidas pelo requerente são de livre acesso, nos termos previstos no artigo 5.º.

III - Conclusão

Face ao exposto, deve ser facultado o acesso às informações pretendidas pelo requerente.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

Maria Eduarda Azevedo (Relatora) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - João Perry da Câmara - Helena Delgado António - António José Pimpão (Presidente)